



A Imprensa e a Representação do Universo Escolar no Interior Paulista (Franca: década de 1960)

The Press and the Representation of the School Universe in the Interior of São Paulo (Franca: 1960s)

La prensa y la representación del universo escolar en el interior de São Paulo (Franca: década de 1960)

Sauloéber Tarsio de Souza
Universidade Federal de Uberlândia (Brasil)
<https://orcid.org/0000-0002-9797-341X>
<http://lattes.cnpq.br/8937954864858691>
sauloeber@gmail.com

Resumo

O texto propõe reflexão sobre a relação imprensa e educação na década de 1960, marcada pela implantação do regime autoritário no Brasil a partir de 1964. A pesquisa tem como cenário o interior paulista, observando-se as aproximações e distanciamentos entre os discursos nacional e regional relativos ao universo escolar. As fontes trabalhadas foram três jornais da cidade de Franca, além de documentos oficiais, priorizando-se a análise das representações relativas à educação, a analfabetismo, a professor e a estudante veiculadas por eles. Os jornais constituíram-se em importantes testemunhos para a compreensão do jogo de interesses, revelando aspirações e tensões advindas das classes populares, mas se portando como representantes do discurso hegemônico no contexto autoritário nacional.

Palavras-Chave: Educação; Imprensa Escrita; Década de 1960; Interior Paulista.

Abstract

The text proposes a reflection about the relation between press and education in the 1960s, marked by the implementation of the authoritarian regime in Brazil in 1964. The research takes place in the interior of *São Paulo* state, observing the similarities and distances between national and regional discourses relating to the school universe. The sources used were three newspapers from the city of *Franca*, in addition to official documents, prioritizing the analysis of representations related to education, illiteracy, teachers and students. The newspapers constituted important testimonies for understanding the game of interests, revealing aspirations and tensions arising from the popular classes, but acting as representatives of the hegemonic discourse in the national authoritarian context.

Keywords: Education; Written Press; 1960s; São Paulo State.

Resumen

El texto propone una reflexión sobre la relación entre prensa y educación en la década de 1960, marcada por la implementación del régimen autoritario en Brasil en 1964. La investigación se desarrolla en el interior de *São Paulo*, observando las similitudes y distancias entre los discursos nacionales y regionales relacionados con el universo escolar. Las fuentes utilizadas fueron tres periódicos de la ciudad de *Franca*, además de documentos oficiales, priorizando el análisis de las representaciones de la educación, del analfabetismo, de los docentes y estudiantes. Los periódicos constituyeron testimonios importantes para comprender el juego de intereses, revelando aspiraciones y tensiones surgidas de las clases populares, pero actuando como representantes del discurso hegemónico en el contexto autoritario nacional.

Palabras clave: Educación; Prensa Escrita; Años 1960; Estado de São Paulo.

Recebido: 02/04/2025

Aprovado: 27/06/2025

Introdução

Ao longo dos agitados anos de 1960, até mesmo em rincões distantes dos grandes centros de poder, como no caso de Franca (interior paulista¹), muito se debatia sobre o universo educacional, e um dos principais canais de discussão era a imprensa escrita que elaborava e veiculava muitas e variadas ideias sobre as questões educativas, construindo representações ancoradas naquele contexto. Esse período foi marcado por forte crescimento do sistema de ensino, especialmente com o advento do governo autoritário no pós 1964 que colocou fim ao governo popular de Jango², assim, exigia-se maior empenho administrativo nesse setor, objetivando-se controlar a pressão popular por escolarização, já que havia grande expectativa de melhoria nas condições de vida a partir do acesso à escola (Freitag, 1986).

Abordar um pouco do cenário da época em primeiro lugar, objetiva fomentar o exercício de decifração do sentido contido em uma representação que só é possível mediante a articulação texto e contexto. Ao analisarmos as representações de imprensa, é possível apreender aspectos do discurso dominante que fundamentou a organização e a acelerada expansão da rede escolar pública do interior paulista, desvendando interesses implícitos contidos nelas. Nesse estudo, elegemos como categorias de análise educação, analfabetismo, professor e estudante. Acreditamos, assim, poder compreender o tipo de educação pensada e “dada a ler” (Chartier, 1990, p.16) por determinados setores sociais, buscando demonstrar a forma de legitimação das condições específicas da modernização pela qual passava o país.

Nesse período, havia grande influência das potências capitalistas na área educacional dos países periféricos visando, sobretudo, a ampliação dos mercados dispostos a consumirem seus produtos industrializados, maior exemplo desse período, foram os acordos MEC/USAID que orientaram todas as reformas educacionais brasileiras, como as Leis 5540/68 e 5692/71 (Cunha; Góes, 1985). A ideia básica divulgada sobre a educação era a vinculação direta entre nível escolar e renda, aí se encontrando a fonte de toda a motivação da expansão do sistema de ensino.

¹ O nordeste paulista tem seu povoamento iniciado no século XVIII, por ser rota do comércio que ligava a Província de São Paulo à região dos atuais estados de Goiás e Mato Grosso, e também pela decadência das atividades mineradoras que levou os mineiros para os limites do oeste paulista. De acordo com Diniz e Souza (2020, p.167): “O que se convencionou denominar nordeste paulista corresponde à primeira zona pioneira de expansão demográfica a partir da conquista do ‘oeste’ acompanhando o café e a estrada de ferro Mogiana, envolvendo importantes municípios como Ribeirão Preto, Franca e Batatais.” Em 29 de agosto de 1805, foi criada a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Franca e do Rio Pardo (simplificada para Franca) e ao final do século XIX, a produção do café atrairia a ferrovia (1887), tirando o povoado de sua estagnação. A partir daí, a economia local passaria a se desenvolver apoiada na exportação de café e na produção dos gêneros de primeira necessidade como alimentos, calçados e roupas. Até a década de 1960, a indústria francana se ampliaria, de maneira que, nesse período, os estabelecimentos industriais ligados ao couro representavam quase 50% do total das indústrias do município (FERREIRA, 1989).

² De acordo com Dreifuss (1987), a ditadura civil-militar decorreu não apenas da estagnação econômica verificada, entre 1963 e 66, mas também de crise de cunho político e cultural/ideológico, pois a incapacidade do Estado de responder de maneira adequada às demandas populares, fazia com que as instituições políticas, educacionais, etc. tivessem corroído sua já frágil legitimidade, provocando o esgotamento do regime populista, com as camadas urbanas e setores ligados ao campo escapando ao controle dos grupos dirigentes. O desenvolvimento industrial e a urbanização haviam transformado a psicologia e a consciência coletiva das classes trabalhadoras, enfraquecendo o controle ideológico exercido pelas classes dominantes. Tais alterações na morfologia da sociedade brasileira, somadas às contradições do desenvolvimento econômico nacional, levaram à radicalização das posições: ou se fazia uma revolução social orientada pela esquerda ou se inseria definitivamente o Brasil na esfera de controle do capital internacional, assim, formou-se o consórcio conspirador que reuniu, além de militares, banqueiros, empresários, latifundiários e capital estrangeiro (DREIFUSS, 1987)

A partir dos anos de 1960, o ensino básico foi de fato massificado nas regiões mais desenvolvidas do Brasil, ampliando-se a oferta de escolas a maior parte da população em idade escolar, mesmo que de forma precária. Em Franca a rede oficial passou de 10 escolas em 1962, para 21 em 1970 (mais de 100%) e as faculdades de duas para quatro, enquanto as escolas particulares diminuíram de cinco para três unidades (Souza; Teixeira, 2015, p.519).

Toda essa movimentação de criação/extinção de instituições era vista pela imprensa da cidade de formas distintas e até conflitantes, de maneira que a atividade jornalística não apenas transmitiria fatos, mas os geraria, compondo-os com visão bastante particular dos acontecimentos, o que resulta em somatória de subjetividade e de interesses aos quais o jornal está vinculado. Como observou Capelato (1988, p.13):

a imprensa registra, comenta e participa da história. (...) Desde os seus primórdios, a imprensa se impôs como uma força política. Os governos e os poderosos sempre a utilizam e a temem; por isso adulam, vigiam, controlam e punem os jornais.

Nesse trabalho, elegemos para nossa análise três jornais francanos mais representativos do período ligados em boa parte ao discurso hegemônico dos maiores jornais da época. Consideramos também a tiragem, que ampliava o âmbito de divulgação, e as peculiaridades de visão de mundo decorrentes da vinculação dos diretores e proprietários desses veículos de comunicação com determinados interesses locais.³

O *Jornal Comércio da Franca* foi fundado em 1915 e, até 1950, circulava semanalmente. A partir da segunda metade do século XX, membros da maçonaria (advogado e industriais) adquiriram-no, dando-lhe formato de periódico diário. Nos anos de 1960, suas edições variavam entre 2 e 8 folhas e, em 1967, sua tiragem era de cerca de 6000 exemplares. Destacamos sua postura progressista, no início dos anos de 1960, colocando-se contra a aprovação da LDB no. 4024, e em defesa da escola pública. “Mobilização dos estudantes francanos” e “Atentado à Escola Democrática” são títulos de artigos que convocavam professores e alunos para que se posicionassem contra a LDB que estaria em vias de ser aprovada. Vejamos abaixo:

Alteia-se por todo o país a onda de repulsa ao nefando substitutivo de Carlos Lacerda ao projeto – ‘Diretrizes e bases da Educação’. (...) Causa-nos espécie o fato de, em detrimento das escolas oficiais, serem atribuídas tantas regalias aos institutos de ensino particulares, hoje comercializados como todos sabem. Boa parte dos educandários, inclusive numerosos estabelecimentos religiosos, vem ministrando o ensino com fins meramente lucrativos [sic] (*Comércio da Franca*, vol.546, fev/1960).⁴

³ Também destacamos o aspecto funcional da pesquisa nesses periódicos, uma vez que suas coleções estavam completas (com algumas exceções) e disponíveis no acervo do Museu Histórico Municipal José Chiachiri.

⁴ Sem dúvida alguma, o *Jornal Comércio da Franca* era o veículo de imprensa escrita de maior circulação e prestígio na cidade. Em dezembro de 1965, foi realizada uma cerimônia no plenário da Câmara Municipal em homenagem ao seu 50º aniversário. Na ocasião estavam presentes o prefeito, o diretor da Faculdade de Direito, representantes da Faculdade de Filosofia, dos jornais *O Francano*, *Nova Era* e do próprio *Comércio*, além de vários vereadores. O empenho para a aproximação de poder municipal e imprensa fica bastante claro pelo discurso do prefeito: “Franqueada a palavra, o sr. dr. Hélio Palermo diz (...) que o jornal homenageado – muito tem feito pelo engrandecimento da Franca e que a Câmara se reúne numa noite memorável para prestar uma homenagem inédita e bastante meritória, festejando o cinquentenário deste magnífico jornal, (...) pois que o jornal é o próprio povo [sic] (Câmara Municipal de Franca, Plenário no.13, 4ª Ses.Esp., 20/dez/65, p. 07).”

Figura 01 – Jornal *Comércio da Franca* (1964).

Fonte: Acervo do Museu Histórico Municipal José Chiachiri, Franca-SP.

Já *O Francano* surgiu ainda no século XIX, no ano de 1888. Com algumas interrupções em sua impressão ao longo do tempo, circulou bissemanalmente em duas folhas (quatro páginas) e, em 1966, encerrou suas atividades, cerca de um ano após a morte de seu diretor, Taufick Jorge (de origem sírio-libanesa). Ressaltamos na leitura desse periódico que, no início da década de 1960, serviu como instrumento de propaganda para a reeleição do Deputado Estadual Onofre Gosuen, veiculando nos meses anteriores à eleição, diversos projetos de sua autoria que tratavam da criação de instituições de ensino em Franca. Propôs, entre outros projetos, a criação das Faculdades de Arquitetura, de Agronomia, de Filosofia, de Engenharia Industrial, além de grupos e ginásio escolares: “Escolas, Química Industrial e Medicina Veterinária – Três outros importantes projetos de leis, apresentados à consideração da Assembléia Legislativa do Estado, pelo nosso conterrâneo, deputado Onofre Gosuen [sic] (*O Francano*, vols. nos. 34-38/181-182, 1960-66)”.

Figura 02 – Jornal *O Francano* (1962).

O FRANCANO Porte Pago

DIRETOR: TUFFY JORGE

Ano XVI | Franca, 24 de Junho de 1962 | Núm. 1.135

Tornou-se em realidade a Faculdade de Filosofia em nossa cidade

Promulgada a lei pelo governador em exercício Gal. Porfírio da Paz

Como é do conhecimento de todos, o referido projeto de lei é de autoria do nosso conterrâneo Deputado ONOFRE GOSUEN, cujo trabalho, indiscutivelmente, vale por um mandato. Assim, pois, de parabéns ao povo francano por esta magnífica realização que vem enriquecer o setor do nosso ensino.

LEI N. 6814, DE 20 DE JUNHO DE 1962.

Dispõe sobre criação e estabelecimento de ensino.

O VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, EM EXERCÍCIO NO CARGO DE GOVERNADOR:

Faço saber que a Assembleia Legislativa de São Paulo e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º — Fica criada como instituto isolado de ensino superior. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca.

Artigo 2.º — A instalação do instituto de ensino de que trata o artigo anterior, fica subordinado ao planejamento técnico do Conselho Estadual do Ensino Superior, ou de outro que venha a substituí-lo, cabendo ainda a tal órgão, para o mesmo fim, indicar o pessoal docente habilitado.

Artigo 3.º — A lei orçamentária do exercício em que se der a instalação da Faculdade ora criada consignará dotações destinadas a atender às respectivas despesas.

Artigo 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 20 de junho de 1962.

JOSE PORPHYRIO DA PAZ
Vice-Governador.

em exercício
Solon Borges dos Reis
Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 20 de junho de 1962.
João de Siqueira Campos
Diretor Geral Substituto

Escola Normal para o Distrito da Estação

Conforme noticiamos em nossa edição anterior, publicamos abaixo o projeto de lei de autoria do Deputado ONOFRE GOSUEN, que cria a Escola Normal do distrito da Estação junto ao Ginásio do Estado, já aprovado em 1.ª discussão pela Assembleia Legislativa do Estado.

PROJETO DE LEI N. 600, DE 1961

DISPÕE SOBRE CRIAÇÃO DE ESTABELECIMENTO DE ENSINO.

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo decreta:

Artigo 1.º — Fica criada uma escola no distrito da Estação, junto ao ginásio estadual do subdistrito da Estação, no município de Franca.

Artigo 2.º — A lei orçamentária do exercício em que se der a instalação do estabelecimento de ensino ora criado consignará recursos necessários para o funcionamento das respectivas despesas.

Artigo 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O subdistrito da Estação, no município de Franca, é um povoado e prospero núcleo



Dep. Onofre Gosuen

Fonte: Acervo do Museu Histórico Municipal José Chiachiri, Franca-SP.

Por fim, fizemos a leitura da coleção do Jornal *O Aviso de Franca* que tinha vínculos com a Igreja Católica e também com setores do operariado da cidade. Iniciou suas atividades em 1924, nos anos de 1960 circulava semanalmente, era impresso em duas folhas (quatro páginas) e sua tiragem variava de 3000 a 3500 exemplares. Uma de suas particularidades estaria na defesa do ensino privado e da LDB 4024, travando intenso debate com o Jornal *Comércio*

da Franca que se posicionava contra a lei. Veiculou artigos bastante reacionários sobre tal questão: “Diretrizes e Bases Repudiadas pelos comunistas” ou ainda, “Escola Pública versus Escola Particular” quando argumentava que a escola privada prestava imensos serviços ao país, colocando em dúvida, a qualidade do serviço público:

Rio (CRF) – Agentes comunistas revolucionam a mocidade estudantil do Rio incintando-a contra o Projeto das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, recentemente aprovado por unanimidade na Câmara de Deputados. Em várias partes da Capital aparecem cartazes com o fantoche: ‘Diretrizes e Bases destrói a Escola Pública!’ O democrático Projeto da Educação não sintoniza em absoluto com o totalitarismo soviético [sic] (*O Aviso da Franca*, vol. no. 363, mar-abr/1960).

Figura 03 – Jornal *O Aviso de Franca* (1961).



Fonte: Acervo do Museu Histórico Municipal José Chiachiri, Franca-SP.

Percebemos acima que os jornais da cidade se posicionavam frente aos debates do período e atuavam, nitidamente, na defesa de seus interesses que, muitas vezes, eram opostos. No entanto, com o advento da ditadura, os jornais do interior tiveram reduzidos os debates em torno de questões nacionais importantes, uma consequência da censura.

Mesmo reconhecendo que os jornais tinham motivações diferenciadas sobre a educação escolar em Franca, é um fato que todos reservavam espaço relevante de suas edições aos assuntos ligados ao universo escolar. Uma semelhança entre estes periódicos foi a prioridade dada aos ensinos médio e superior, enfocados em grande parte dos artigos com temática educacional, enquanto a educação básica aparecia pouco e sempre vinculada às suas dificuldades, como baixos salários de seus docentes, péssimas condições dos prédios, falta de vagas, etc.

A imprensa local privilegiava o mundo restrito dos cerca de 10% da população francana, em idade escolar, que frequentava os níveis médio e superior, em 1970. A educação nestes níveis de ensino gerava grande prestígio, assim, continuava sendo apresentada e celebrada como um privilégio de classe. As preocupações próprias dos grupos dominantes assumiam proporções de interesse geral nas páginas dos jornais que visavam a atingir o público de maior escolaridade, renda e com mais força de mobilização.⁵

Não é possível saber até onde ia a penetração do discurso jornalístico, devido ao grande número de analfabetos e à pobreza que impedia até mesmo a aquisição do jornal, porém, é certo que tal discurso advinha em boa parte de uma visão de mundo dominante, difundida com todo empenho pelas classes privilegiadas locais. Muito embora os jornais francanos adotassem suas próprias opiniões, todos contribuíram para a consolidação de algumas representações em torno das noções de educação, analfabetismo e os estereótipos de aluno e professor. Cremos que a observação da educação representada na imprensa escrita local revela determinados pensamentos e práticas sociais de época, uma vez que a produção desse tipo de documento (jornalístico) pressupõe um ato de poder.

Assim, a utilização do conceito de representação nos parece adequado para este estudo. Chartier (1990) entende as representações como elementos de transformação do real e que atribuiriam sentido ao mundo. A construção desse sentido ou simbolismo social não ocorreria dentro de uma liberdade absoluta, pois as representações, necessariamente, teriam em sua concepção, um fundo de apoio nas condições reais de existência, ou seja, as ideias-imagens possuiriam um mínimo de concreticidade extraída do cotidiano para que tivessem aceitação social, podendo se tornarem instrumentos de constituição de poder e transformação da realidade.

A Educação Escolar como Signo do *Moderno*

A partir de 1964, o processo de racionalização da sociedade foi intensificado pelo desenvolvimento das forças produtivas da indústria e da urbanização, através da intervenção maciça do Estado para a expansão do capitalismo monopolista. Isso porque a camada tecnocrática-militar que assumiu o poder, buscou dar prioridade ao lucro privado, uma forma de se consolidar o poder das classes dominantes tradicionais (tanto da burguesia industrial e financeira quanto do setor latifundiário) que então, parecia ameaçado pelo governo populista

⁵ Durante os anos de 1960 e 1971, o Jornal *O Aviso de Franca* publicou cerca de 56 artigos sobre o ensino médio e superior enquanto que ao ensino primário foram dedicados apenas 16. O Jornal *O Francano* publicou, entre 1960 e 1966, 66 notícias sobre aqueles níveis de ensino enquanto as matérias relacionadas à educação elementar e ao analfabetismo somaram cerca de 18 artigos. Já o *Comércio da Franca* publicou cerca de 689 matérias sobre os ensinos secundário, técnico e superior, contra 169 que falavam da educação primária e alfabetização, entre os anos de 1960 e 1971. As notícias sobre os ensinos médio e superior giravam, em geral, em torno de homenagens, formaturas, eventos esportivos estudantis, problemas de financiamento, de falta de vagas, etc. Fonte: Fundo Documental do Museu Histórico Municipal José Chiachiri. Coleções dos Jornais *Comércio da Franca*, *O Francano* e *O Aviso de Franca*, 1960-1971.

de Jango e seu discurso baseado na distribuição de renda. Sob o regime militar, a prática de mediar, filtrar, selecionar e organizar interesses dominantes foi exacerbada, bloqueando-se canais formais de representação social, ao mesmo tempo em que se garantia acesso exclusivo a alguns segmentos (Coutinho, 1986).

A prioridade pela gestão econômica exercida no pós-64 exigiria também a adoção de políticas sociais diferenciadas, mas que também deveriam estar sincronizadas com a reprodução do capital. É a partir dessa perspectiva que a educação escolar nacional foi direcionada. No plano do discurso, a educação ideal deveria ser a que promovesse a profissionalização dos jovens, preparando-os para o mercado de trabalho. Contudo, na prática nem mesmo a educação elementar atendeu aos objetivos mínimos do governo autoritário, que adotou medidas visando à consolidação da sociedade de consumo, onde o ensino deveria desempenhar papel fundamental: “(...) esse é o resultado da revolução burguesa que se realizou no Brasil. Uma revolução que alcançou sucesso no que diz respeito à economia, ao desenvolvimento do capital, da acumulação. (...) As conquistas democráticas, em forma política e cultural, são limitadas (Ianni, 1992, p.150).”

Os veículos de comunicação de massa, em geral, difundiam a representação de educação como mecanismo de ascensão social e civilizatório. Tal ideia atendia tanto aos interesses dos países industrializados que buscavam ampliar seu mercado consumidor, quanto aos interesses da elite associada aos setores externos, ambos apostavam na eficiência da escola como método de controle social e de difusão dos novos hábitos.

Os jornais francanos contribuíam para a construção desta representação sobre a educação, e o grande destaque dado às notícias sobre o universo escolar revela tal tendência também em âmbito regional: “Dizia o prof. Miguel Couto existir, no Brasil, apenas um problema – o da educação do povo. O axioma encerra uma dura verdade (*Comércio da Franca*, vol. no. 546, 10/fev/1960).”⁶

Tal representação da educação escolar tinha, entre outras, a função de mecanismo estabilizador, já que a pressão por acesso ao ensino revelava, na verdade, o desejo de mobilidade social, representando a grande expectativa de migrantes que fugiam de suas péssimas condições de vida no campo. Tal representação só tinha aceitação social por conta do fato que significativa parcela da população brasileira experimentou, ao longo dos anos de 1960, alguma espécie de melhoria na qualidade de vida, associada especialmente à capacidade de consumo de bens duráveis ou não, o que contribuiu para absorver o potencial revolucionário de setores populares do país.

Nesse sentido, o ensino (ou a sua falta) servia para legitimar as desigualdades sociais, de maneira que os indivíduos estariam em condições precárias por não terem escolarização. Nesse aspecto, a expectativa de mobilidade social atrelada ao acesso à educação atuou como força social integradora, já que era amplamente difundida entre a população e tinha grande importância à medida que existia certa mobilidade real em todas as camadas sociais. Assim, a rápida expansão da rede escolar, mesmo atendendo de forma precária a sua clientela, serviu para criar um clima de “satisfação de expectativas”, amenizando as pressões sociais.⁷ A educação escolar predominante representada nas páginas do *Jornal Comércio da Franca* deveria ser de um tipo que reforçasse a tradição da religião católica, com currículo moderno

⁶ Também podemos observar tal representação em outro jornal: “Educação e Ensino – Se uma sociedade não educa, não ampara, não ajuda a criança, o jovem abandonado, não cuida dos seus problemas, como poderá reprimir ou evitar os crimes! Um dos maiores crimes praticados em sociedade, não é o assassinio, mas, o crime de abandonar crianças (*O Francano*, vol. no.182, 08/mai/1966).”

⁷ De acordo com os dados do IBGE, no ano de 1970, cerca de 75% da população francana possuía algum nível de escolarização e 25% não tinham instrução, esses números referentes ao Estado de São Paulo eram de 70% e 30% respectivamente, no início dos anos de 1960, o número de analfabetos era cerca de 20% maior. Fonte: Fundação IBGE, Departamento de Censos – SP, VIII – Recenseamento Geral 1970 – Série Regional Vol I – Tomo XVIII – 2ª parte, pgs. 196-197. Ver também Diniz, C.A; Souza, R.F. (2020).

que deveria compreender disciplinas como a educação física, moral e cívica, e a língua inglesa. Os países desenvolvidos forneciam o modelo de sistema de ensino ideal, especialmente, os Estados Unidos.

Com o advento da ditadura, as escolas particulares, mesmo sendo minoria, firmaram-se como modelo de instituição, sendo que o Instituto Francano de Ensino (IFE) recebia grande atenção deste veículo de comunicação. Já no ensino técnico o destaque era para a Industrial “Júlio Cardoso”, tal nível de ensino aparecia sempre vinculado às carências da indústria. Quanto ao ensino superior, nenhum curso recebeu tanta atenção como a Faculdade de Direito.⁸

Os Jornais *O Aviso de Franca* e *O Francano*, neste aspecto, não se distinguiram na representação da educação ideal. Também difundiam a ideia de ensino renovador que deveria formar para a vida, sempre de acordo com a orientação cristã e patriótica. Também o ensino privado era lembrado como eficiente e de boa qualidade, enquanto que o utilitarismo da educação técnica aparecia como prioridade. A elite intelectual da cidade surgia empenhada na implementação do ensino superior, e as Faculdades de Direito e Economia, reconhecidas como autarquias municipais, representavam a modernização local.⁹

A rede privada, especialmente do ensino médio e superior, ganharia força com as subvenções públicas do governo autoritário e com o insuficiente investimento estatal, passando a ser modelo, atuando como empresas, onde o lucro deveria ser priorizado. Isso ocorreu também em Franca:

Uma Instituição Modelar - O Instituto Francano de Ensino, (...) vai receber hoje, às 20 horas, numerosas autoridades, imprensa e rádio, a fim de lhes apresentar suas *modernas* instalações e seu atual funcionamento. Quem ali vai hoje poderá encontrar um prédio amplo, bem pintado, bem iluminado (quase todos os cursos são noturnos), dotado de carteiras confortáveis e novas, aparelhos áudio-visuais *modernos* e um corpo de professores jovens e dedicados. (...) O IFE está à altura do *progresso* cultural de Franca. E é também justo orgulho para nossa gente. Seus 1.200 alunos atestam o êxito de uma obra educacional que está dentro do ritmo de vibração da cultura de Franca [sic] (*Comércio da Franca*, vol. no.128, 28/out/1966, grifos do autor).¹⁰

⁸ As matérias catalogadas no *Comércio da Franca* tratavam dos seguintes assuntos: 23 sobre o conflito entre público e privado (início dos anos 60), 57 falavam da figura do professor e 135 do aluno, o ensino técnico foi tratado em 114, o superior em 264, o nível médio em 311, a alfabetização em 169, e por fim, as que abordavam festas, cerimônias e homenagens totalizaram 72 reportagens. As atividades da Delegacia de Ensino também estavam sempre presentes: concursos, cursos de especialização, substituição de professores, falta de vagas, etc. Lembramos que as pequenas notas em colunas sociais ou esportivas não foram consideradas. Fonte: Coleção do Jornal *Comércio da Franca*, 1960-1971.

⁹ Por elite intelectual deve-se compreender sobretudo, os docentes ligados as instituições superiores locais, editores dos jornais, algumas lideranças políticas, maçons, além de alguns empresários ligados a iniciativas culturais e educacionais da cidade (Souza; Teixeira, 2015).

¹⁰ Vejamos esta outra matéria que atesta tal afirmação: “Franca terá, em 65, novo e moderno estabelecimento de Ensino – Nossa cidade e esta região poderão contar com mais um Colégio, de construção moderníssima, a partir de março do próximo ano. O novo educandário das Irmãs ‘Jesus Maria José’, no bairro da Estação, (...) Com técnicas modernas e atualizadas, funcionarão os seguintes cursos: Primário, Admissão, Ginasial e Normal. [sic] (*Comércio da Franca*, vol. no.556, 31/out/1964)”. A construção deste prédio escolar contou com a isenção de impostos municipais conforme projeto de lei no. 66/60, do vereador Delcídes Flaúsinio que foi aprovado em primeira votação. Fonte: Fundo Documental da Câmara Municipal. Livro de Atas do Plenário no.09, 12ª Ses.Extr., 23/dez/1960, p.277.

Vemos que o padrão de qualidade passava a ser relacionado à tecnologia das instalações da escola e à dedicação e juventude dos seus professores. O “progresso cultural da cidade” era diretamente relacionado com a instituição modelar equipada com “modernas instalações”, ou seja, o *novo* e o *jovem* se apresentavam como algo fortemente positivo.

O termo *moderno*, quando aplicado aos aspectos pedagógicos e às instalações da escola, vinculava-se as tendências racionalizantes da sociedade, de maneira que a ênfase recaía em torno do investimento na técnica para o aumento da produtividade e a redução dos custos, vejamos:

Um nôvo método de ensinar a Matemática *moderna*, via televisão, está sendo cada vez mais usado no ensino primário dos Estados Unidos. (...) Um teste mostrou que as crianças que usam PIA [*Progressive Iterative Approximation* – método utilizado por diversas áreas da matemática] aprendem matemática três vêzes mais depressa do que as que usam métodos tradicionais. [sic] (*Comércio da Franca*, vol. no.135, 28/ mai/1970) ¹¹

Portanto, a educação *moderna*, representada nos jornais locais, deveria utilizar tecnologia avançada (televisão) e novas instalações, buscando atingir resultados em menor tempo e, por esse motivo, resultados mais eficientes. Outra representação de grande destaque nos jornais locais era a ideia de ensino industrial associada à segurança e garantia de emprego. Nesse período, buscava-se conter o número de candidatos excedentes do nível superior, mediante a diminuição das distâncias entre os cursos técnicos e os de 3º grau:

Em 2 anos, o Ensino Industrial duplicou as vagas – (...) O aluno sai com diploma de técnico de grau médio e é a peça chave da indústria. (...), promovendo o incremento extraordinário dos cursos profissionais, o govêrno está colaborando com a indústria, fornecendo-lhes os técnicos de grau médio que ela necessita. [sic] (*Comércio da Franca*, vol. no.126, 16/jun/1965).

O ensino *moderno* tinha como uma de suas prioridades a orientação industrial, já que no processo de modernização de uma sociedade, a industrialização representava um indicador de *progresso*, além de representar fator essencial no processo de acumulação de capitais. Assim, a valorização desse ensino objetivava não só conter a demanda por educação superior, mas também fornecer mão de obra treinada para o trabalho na indústria.

Outro dado que destacamos, foi a representação em torno do ensino superior local, em especial as instituições municipais que gozavam de grande prestígio junto aos jornais da cidade, tendo sempre suas atividades bem divulgadas. Todos os veículos da imprensa escrita apresentavam este nível de ensino como um símbolo de civilização, capaz de conferir à cidade o título de *moderna*. Isso, realmente, mobilizava as elites intelectuais, políticas e financeiras do período, criando quase que um consenso em torno da ideia de que os cursos superiores trariam grande benefício para a população francana:

¹¹ Fonte: Fundo Documental do Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”. Coleção do jornal *Comércio da Franca*, 1960-1971. Também o ensino da língua inglesa ganhava força nesse período, sobretudo, pelo crescimento da influência norte-americana no Brasil, enfatizando-se o utilitarismo em torno da aprendizagem da língua, ressaltando-se sua aplicabilidade nas atividades econômicas: “Ensino da Língua Inglesa – O sucesso de que se vem revestindo os cursos de línguas mantidos em dependência da Faculdade de Filosofia de Franca pela Aliança Francesa fez com que diversos estudantes, apologistas de língua inglesa, se movimentassem no sentido de se instalarem em nossa cidade também cursos do idioma que imortalizou Shakespeare. Aliás, o idioma inglês, tendo maior aplicação nas atividades econômicas, parece reunir a preferência dos estudantes. [sic] (*Comércio da Franca*, vol. no.127, 14/abr/1966)”.

Apólices da Faculdade: 75% já subscritos! (...) Note-se: um milhão e quinhentos mil cruzeiros de apólices colocadas em três dias é um resultado verdadeiramente espetacular! A cidade está dando magnífica demonstração de espírito público, colaborando com a Direção da Faculdade e com a Municipalidade na obra de consolidação de nossa Escola de Direito. (*Comércio da Franca*, vol. no. 551, 24/mai/1961).

Contudo, os benefícios dos cursos superiores ficavam limitados a um pequeno grupo, pelo seu custo que onerava o orçamento familiar com o pagamento de anuidades. Mesmo assim, esses cursos rendiam muitos dividendos eleitorais aos políticos da cidade que buscavam defender a instalação e manutenção das instituições:

Auxílio à Faculdade de Direito de Franca – Artigo 1º - É concedido, no corrente exercício um auxílio, de Cr\$ 3.000.000,00 (...) O presente substitutivo, (...) visa conceder um auxílio à Prefeitura Municipal de Franca, para a manutenção de um estabelecimento de ensino que tão grandes benefícios vem proporcionando à juventude de minha terra. (...) Onofre Gosuen [sic] (*O Francano*, vol. no. 035, 21/dez/1961).

Os jornais, portanto, difundiam prioritariamente notícias sobre os ensinos médio e superior, independentemente do regime de governo, atendendo ao seu público leitor, além de estabelecerem com as instituições escolares, especialmente as privadas, uma relação de clientela baseada na compra de espaços em seus diários objetivando publicidade das atividades dessas escolas, tendência acentuada com o governo autoritário. Vejamos a outra ponta do novelo, as representações do analfabetismo nos jornais.

O Flagelo Analfabetismo e as Relações de Domínio

O desenvolvimentismo, tão marcante nos anos de 1960 e 70 com os projetos “50 anos em 5” de JK e com o “Brasil Grande” dos militares, não foi capaz de reduzir as taxas de analfabetismo no mesmo ritmo da expansão econômica. Em 1960, 39,05% da população brasileira não tinha nenhuma instrução escolar. Os que haviam cursado algum ano do primário representavam 51,71%, ou seja, mais de 90% do total dos indivíduos em idade escolar. Dez anos depois, em 1970, o percentual de analfabetos havia sido reduzido para 29,75%, mas, mesmo assim, cerca de 85% da população continuava limitada ao ensino fundamental.

Reforçava-se o paradoxo nacional: como admitir tantos analfabetos numa nação que se industrializava a largos passos? Tal questão incomodava setores das elites que passariam a exigir atitudes em relação a tão evidente “vergonha nacional”. As principais campanhas de alfabetização se deram nos extremos do período analisado: uma delas no início dos anos dos anos de 1960, com a metodologia “Paulo Freire” e a outra já no início de 1970, com o regime militar, chamada de MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização).

A primeira tinha como principal discurso a luta por uma escola pública efetivamente popular e democrática, fazendo severas críticas ao sistema de ensino conservador que mantinha o acesso ao conhecimento como um privilégio no país. O MOBRAL por sua vez, tinha como objetivos explícitos incrementar o número de eleitores (já que analfabetos eram impedidos de votar) e também qualificar mão de obra, visando regular o mercado de trabalho, mantendo os salários em níveis baixos com a grande oferta de trabalhadores minimamente alfabetizados. Tais medidas atendiam tanto ao anseio das massas quanto às necessidades das indústrias, dando legitimidade ao Estado.

Em Franca, essas campanhas foram divulgadas a partir de uma mesma representação de analfabetismo, que compreendia a ideia de *doença* repugnante, *praga* ou *chaga* social e os não alfabetizados, em geral, migrantes rurais que fugiam das dificuldades do campo, surgiam como seres *inutilizados* por não portarem a técnica da leitura e da escrita, necessária ao desenvolvimento do país. Vejamos abaixo:

Analfabetismo, Flagelo Nacional – Incrível que se nos afigure, a dramática realidade das estatísticas: ascende a dez milhões, em números redondos, a população do Brasil, entre 7 e 14 anos de idade. Em época, portanto, de freqüentar o curso primário. Pois bem, apenas 5.500.000 estão matriculados nos cursos de letras básicas do país, (...) Num país de analfabetos (ou de minoria semi-alfabetizada), constroem-se obras suntuárias, tenta-se uma industrialização em larga escala, quando nos faltam feijão, arroz e carne... (...) Não há como fugir a esse alternativa: ou acabamos com o analfabetismo, (como no caso da saúva), ou o analfabetismo acaba com o Brasil, (...) [sic] (*Comércio da Franca*, vol. no.546, 10/fev/1960).

Muito embora fosse relevante a crítica feita ao contraste nacional, traçando-se paralelos entre os milhões de analfabetos e as grandes indústrias, a representação construída sobre o analfabetismo tornava-se um peso bastante grande lançado sobre os indivíduos sem escolarização, como vemos acima, comparados à *saúva*, pequeno e aparentemente inofensivo inseto, mas que em grande quantidade provocava fortes perdas na produção do país.

O combate ao analfabetismo se dava, sobretudo, através da ideia de que quanto maior o nível de escolarização maior seria a renda do indivíduo. Mesmo provado que tal pensamento era uma falácia, já que o que se viu no Brasil foi uma inversão entre renda e escolaridade nos anos de 1960, pois enquanto crescia a escolaridade diminuía a renda (apesar da grande expansão do PIB), tal ideia realmente foi bastante importante nesse período. Até mesmo a divulgação do *método* “Paulo Freire” em Franca, foi motivada por esta representação sobre a relação educação/renda e o estereótipo do analfabeto:

Alfabetização – Método: Paulo Freire – (...) Cerca de 40 milhões de brasileiros nas trevas da ignorância, e o que é pior sem poder resolver seu próprio problema, já que são marginais da vida política, impedidos que são de se manifestarem nas urnas. (...) não é confortador para o Brasil a humilhação do analfabetismo. Urge exterminá-lo. Eis o método: Paulo Freire. (...) Euforia nos bairros: alfabetizando de 20 a 78 anos no Curso Paulo Freire: (...) Nessa visita faz-se a motivação, isto é, o esclarecimento ao iletrado de sua melhor condição social, após alfabetizado. (...) Uma senhora, (...) respondeu que ‘quer aprender a ler porque não saber ler custa muito dinheiro’. (...) Outra disse que quer aprender a ler para aprender a costurar, já que é incapaz de pegar um figurino. [sic] (*Comércio da Franca*, vol. no. 554, 28/jan-08/mar/1964).

A concepção de educação que veiculavam era bastante utilitarista, associando-se anos de estudo a aumento progressivo da renda: “aprender a ler para aprender a costurar...”. Também a alfabetização das novas gerações era apresentada como sendo de grande utilidade ao país:

Caixas Escolares – (...) A Delegacia de Ensino Elementar pretende lançar campanha, nos moldes da encetada no ano passado, com o fito de angariar fundos para a alimentação dos alunos pobres. E para isso espera a cooperação de todo o bom povo francano, pois contribuir para as Caixas Escolares é ajudar a combater o analfabetismo, é tirar das trevas da ignorância centenas de brasileiros que, no futuro, irão engrossar as fileiras de cidadãos úteis à nossa Pátria (*Comércio da Franca*, vol. no. 554, 04/mar/1964).

A representação do analfabetismo atendia a interesses dominantes voltados para a manutenção das relações sociais vigentes. A associação de analfabeto com *doente, inútil, inculto, incivilizado* e, sobretudo, pouco apto para o consumo, acabava contribuindo para provocar constrangimento e certo grau de desmobilização destes indivíduos no meio social (até mesmo na luta por direitos básicos como saúde e educação), uma vez que tal representação continha forte teor discriminatório. O alvo maior desta discriminação social, sem dúvida alguma, era o migrante rural que, em Franca, era predominantemente de origem mineira e deveria se adaptar ao espaço urbano *civilizado*, reservado aos cidadãos.¹²

Dessa maneira, os não alfabetizados acabavam se sujeitando a trabalhar em troca de baixos salários e vivendo em precárias condições, já que a sociedade os via como seres de categorias inferiores, reforçando-se a noção de que deveriam ser assistidos como incapacitados e portadores de *chaga* terrível, mas pouco se fazia para que deixassem tal condição. Os números sobre a alfabetização, nos anos de 1960, e a campanha do MOBREAL, nos anos 1970, evidenciam que o analfabetismo não foi erradicado entre os brasileiros, pois se ignorou a situação econômica e a política do país (Paiva, 2015).

Em Franca, o MOBREAL foi bastante comemorado pelos jornais locais, mas as campanhas de alfabetização teriam tido diferentes resultados segundo as regiões em que foram empreendidas:

Alfabetização em Franca: (...) Realizou-se na manhã de ontem, (...) a primeira reunião para tratar da instalação em Franca do MOBREAL (...) Alfabetização terá o entusiasmo da população – Dando continuidade às suas atividades nesta cidade, reuniu-se na tarde de ontem, na Prefeitura Municipal, a Comissão de Divulgação do MOBREAL, a fim de preparar a publicidade visando causar na população maior interesse, para que encare o movimento com otimismo, na campanha de erradicação do analfabetismo na cidade e na zona rural. [sic] (*Comércio da Franca*, vol. no.137, 08-15/ago/1970).

No início dos anos de 1970, persistia o mesmo discurso sobre a erradicação do “flagelo analfabetismo”. Dessa vez não era mais à esquerda que se entoava o coro, mas sim, o governo militar, que via na campanha excelente oportunidade para se legitimar

¹² Segundo Garcia (1996), as tragédias pessoais dos migrantes eram exploradas sensacionalisticamente pelos jornais com o objetivo de aumentar a circulação deles. Acredita que contribuíram na formação do estereótipo do migrante mineiro, representando-o como um risco para a cidade e, por isso, deveriam ser vigiados e mantidos à margem do convívio em sociedade. Os migrantes, na maioria das vezes, apareciam associados à violência urbana, nos jornais, sendo encarados como casos de polícia.

diante de diferenciados setores sociais e também frente às pressões de países desenvolvidos. Não há dúvidas de que a repressão arbitrária dos militares fez com que, em variadas situações, o discurso das elites nacionais se alinhasse ao do regime. Isso pode ser evidenciado por este trecho de artigo:

MOBRAL – O importante esforço do Govêrno da República desenvolvido em tôdas as áreas administrativas, no saneamento das finanças, (...) Agora, com louvável intuito de acabar com o analfabetismo dentro de dez anos no Brasil, o Ministério da Educação lança as bases do MOBRAL, (...) Então, diante disso, pensamos com mais sinceridade e honestidade, sem a ironia de outros tempos, sem o riso da descrença e do desapontamento: há alguma coisa de grande germinando sob o céu azul de nossa pátria. Há alguma coisa de nobre, que jamais os nossos inimigos poderão destruir: o nacionalismo verdadeiro. (...) porque brasileiros de verdade estão dirigindo os destinos desta Nação. [sic] (*O Aviso de Franca*, vol. no.370, 15/ago/1970).

O estudo dessa representação mostra um dos mecanismos utilizados pelas classes dirigentes na manutenção das desigualdades no país, por meio da difusão maciça de seu discurso que tivera como princípio tornar as suas preocupações como sendo questões de ordem geral. Desta forma, podemos afirmar que a representação do combate ao analfabetismo, veiculada pelos jornais de Franca fez parte da modernização local, também caracterizada por conservar estruturas arcaicas de domínio, uma vez que tais campanhas eram formas de se consolidar o *progresso* da cidade que havia se industrializado (principalmente pela indústria calçadista), sobre os ombros de milhares de trabalhadores não alfabetizados. Para a ditadura, o MOBRAL serviu mais como discurso legitimador do poder de estado do que processo efetivo de alfabetização das massas (Paiva, 2015).

A Construção de Estereótipos: Mestre e Discípulos

Vimos que a elaboração das representações deve estar ancorada aos acontecimentos e fatos cotidianos para que estas possam ter aceitação social. Em Franca, as representações veiculadas pelos jornais sobre o universo escolar foram extraídas da acelerada expansão da rede de ensino local, assim o estereótipo do professor foi modelado por valores diversos que eram esperados desta classe de profissionais, implicando debater o seu papel na sociedade, ao longo dos anos de 1960.

Lembremos que, nesse período da história recente do Brasil, o primado da racionalidade técnica e econômica estabeleceu novas relações de dependência e subordinação, articuladas através de práticas sociais de uma psicologia e uma ideologia industriais, que atingiram a fundo a indústria cultural e outras esferas da vida social, como a educação, por exemplo. Assim, ocorreu a separação entre concepção/execução e a padronização do conhecimento que passou a desvalorizar o trabalho intelectual crítico. É a partir daí que os professores deveriam se tornar servidores civis obedientes no desempenho de ordens daqueles, em geral tecnocratas, considerados criativos e dotados de imaginação. O comportamento dos professores deveria ser controlado, tornado consistente e previsível de maneira que deixariam de ser entendidos como intelectuais, assim como sua atividade também não seria mais vista como tal, gerando desmotivação na categoria (GIROUX, 1987).

Os jornais, em geral, não apresentavam os professores como indivíduos críticos, reflexivos e criativos para o desenvolvimento de uma sociedade democrática. Ao contrário, mostravam o professor como um missionário de valores cristãos a serviço da renovação do mundo, porém, conservando-se a tradição. Dessa maneira, tal tarefa social, devido a sua importância, deveria ser controlada para que se mantivessem a ordem e a hierarquia entre as classes, só assim, promover-se-ia o bem-estar social. O artigo abaixo representa bem a preocupação com a postura docente:

Professores – Missão nobilíssima é transmitir a verdade às inteligências. Catedráticos, mestres e professôres a têm por função específica. (...) A responsabilidade futura dos jovens pesa muito do que se recebe nas aulas. (...) Das aulas podem sair ladrões, revolucionários, ateus, viciosos de toda espécie, ou pelo contrário, homens conscientes de seus deveres, homens de caráter, bons patriotas cristãos autênticos. [sic] (*O Aviso de Franca*, vol. no. 368, 07/dez/1968).

O papel de missionário comprometido com os valores patrióticos e cristãos do professor era reforçado, especialmente, em momentos de conjuntura social crítica, com a crescente organização dos setores intelectuais, proletários e estudantis que faziam reivindicações e exigiam mudanças imediatas. É importante entender que o patriotismo que se demandava do professorado, também em Franca, pelo regime autoritário e que recebia apoio relevante de vários setores das classes dirigentes era o seguinte:

Espírito Cívico - Na hora em que a Pátria precisa, o benfeitor aparece. (...) No momento histórico que vivemos, a Pátria Brasileira precisa de nós, O Sr. Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, fez um apêlo a todos os brasileiros especialmente aos ricos, que colaborem com o Governo Federal na obra de salvação econômico financeira do Brasil. (...) Nós, os pequenos financeiramente, não podemos ficar com as mãos na tranzeira apreciando o desenrolar dos acontecimentos. Precisamos agir também. Por isso os professores do Instituto de Educação Torquato Caleiro de Franca resolveram oferecer ao Governo Federal um dia de trabalho a fim de colaborar em prol da Pátria. (...) Afinal, vamos honrar o prato em que comemos. (...) [sic] (*O Francano*, vol. no.181, 23/abr/1964).

Vemos que a representação do professor também pode ser observada quando se convocou tal categoria a dar seu testemunho de apoio ao movimento de março de 1964. A oferta ao Estado, de um dia de trabalho, por parte desses professores foi carregada de grande valor simbólico, já que se tratava da categoria mais prestigiada da cidade (educadores do IETC, a primeira escola pública de ensino secundário), declarando seu apoio ao novo regime. A coerção militar objetivava manter a ordem social estabelecida, impondo o “espírito cívico” que representava a abdicação do direito de participar, a total submissão. Isso é o que se esperava do professorado, sua ação dentro da sala de aula deveria ser vigiada. Mesmo antes do regime militar tal representação já era bastante presente nos jornais locais. Novamente, a imagem do sacrifício é associada ao magistério:

Disparate (...) Não posso compreender a razão de um soldado da Força Pública perceber mais do que um professor primário. (...) Só mesmo por amor à profissão poderá o professor primário carregar sua cruz. Não se compreenderia o sacrifício, a luta e o desprendimento da nobre classe, se não fora ela dotada de resignação e animo forte. [sic] (*O Francano*, vol. no.181, 28/jun/1964).¹³

Como podemos perceber, a representação do professor mantinha-se associada à imagem do sacerdote disposto ao sacrifício (“carregar sua cruz”), tudo em nome de sua importante *missão*, embora não tivesse nenhuma condição material para realizá-la. Assim, esta representação pressupunha um comportamento retilíneo e socialmente imobilizador, já que a tarefa docente seria maior, por exemplo, do que a necessidade de se lutar por melhores salários.

A imagem do professor portava contradições, apesar de seu sacrifício, contava com grande prestígio social, que se corporificava em cargos eletivos públicos, gerando poder social e econômico quando articulado em instâncias da administração voltadas para interesses de determinados grupos locais. A celebração do professor estava presente em todos os veículos da imprensa escrita, tendo grande destaque em suas páginas: “Comemorações Sobre o Dia do Professor (...) As 7,30 hs. Missa por intenção da alma dos professores falecidos; (...) [sic] (*Comércio da Franca*, vol. no.128, 14/jul/1966).

É preciso ressaltar que já no final dos anos de 1960 e início da década de 70, esta imagem do professor, apresentado como mestre e missionário não era mais uma unanimidade. Surgiam as primeiras representações que o vinculavam ao fracasso do sistema de ensino, culpando-o pelos baixos resultados e pouca eficiência revelados pelas estatísticas educacionais:

Os professôres desatualizados (...) É assustadora a notícia sôbre o teste feito a professôres primários para ingresso no serviço de ensino municipal. Apenas 30% dos concorrentes foram aprovados. (...) Não queremos com isso dizer que todos os professôres primários são ignorantes ou preguiçosos. Mas a verdade é que uma grande maioria caiu na rotina. E é muito difícil sair dela. Além de tudo também é sabido que o nível cultural do professor primário é bem fraco. [sic] (*O Aviso de Franca*, vol. no.369, 01/mar/69).

É possível perceber o caráter altamente discriminatório em torno da figura do professor primário em especial, considerados como *ignorantes e preguiçosos*, mesmo que o texto afirmasse o contrário. O momento em que passava o país de grandes mudanças estruturais exigia da atividade docente sua cota de contribuição ao processo de modernização, mas esse estaria baseado na manutenção de privilégios. Dessa forma, o controle sobre os professores deveria ser ampliado, com a burocratização da estrutura administrativa do ensino, o que desqualificaria ainda mais o magistério, com a inserção de muitos profissionais sem o devido preparo no mercado de trabalho, sufocando as funções mais críticas do magistério, em especial no pós-64 (Silva, 1996). Assim, para o Estado, tornou-se bastante cômodo culpar o professorado pelo fracasso de sua política educacional, ao mesmo tempo em que se isentava de investir na educação, por isso, seria necessário vigiar de perto a *subversão* da categoria.

¹³ “O Professor 'Herói Anônimo' - (...) O Professorado: a mais nobre das classes não faz 'profissão de pobreza', embora sua missão tenha realmente algo sacerdotal. (*O Francano*, vol. no. 037, 30/ mai/1963)”. E ainda: “Classe sacrificada, a dos professôres é das mais mal remuneradas. Nossos mestres, no geral, deveriam fazer voto de pobreza. (sic) (*Comércio da Franca*, vol. no. 546, 10/fev/1960)”.

Mas deixemos de lado a figura do professor e investiguemos a representação do estereótipo do estudante. Toda a década de 1960 ficou marcada pelo amadurecimento político dos estudantes. O ano de 1968 pode ser entendido como o marco temporal de emergência brutal de um conjunto de fenômenos sociais, quando cultura e política estavam fortemente ligadas. Em 1968, as universidades brasileiras tinham 278 mil estudantes, que representavam apenas 0,3% da população do país. Contudo, estes estudantes foram capazes de catalisar o descontentamento popular contra a ditadura (após alguns anos de repressão). Tal sentimento era crescente em setores da classe média (origem da maior parte destes estudantes), e o movimento estudantil acabou se tornando o canal de atuação da esquerda clandestina (PCB, PC do B, AP, etc.) que punha em questão o modelo institucional de 1964. Os protestos eram sempre reprimidos, mesmo quando a temática central tratava de questões internas às universidades, como a reforma de ensino (Poerner, 1995).

A política ditatorial que visava conter a demanda por ensino superior não impedira o crescimento da expectativa de escolarização entre os jovens (especialmente os da classe média), provocando importante e rápida expansão do número de estudantes em várias instituições educativas, sobretudo, nas instituições escolares de ensino secundário acadêmico/humanista e nas faculdades tradicionais, como as de humanidades (direito, filosofia, etc.). As tentativas dos governantes em tentar encaminhá-los para uma escolarização mais técnico-profissional acabaram sendo mal sucedidas, não sendo capazes de manter o controle eficiente dos estudantes. No contexto francano, Silva (2020, p.67) pesquisou o movimento estudantil:

Durante a década de 1960, os estudantes da cidade estavam organizados em grêmios estudantis, a UESF, um Coral Acadêmico, três Centros Acadêmicos, quatro Academias Literárias, um Centro de Estudos Geográfico, dois Clubes de Ciências, um Clube de Química, um Clube de História e Geografia, duas Associações Atléticas Acadêmicas, duas Associações de Ex-alunos, um Núcleo Científico, um Departamento Jornalístico, um Departamento de Cinema, um Grupo Teatral, um Teatro Universitário e uma unidade do CPC - Centro Popular de Cultura. (...) Os estudantes francanos faziam, em maioria, parte das camadas médias da sociedade.

Os jornais locais adotavam postura ambígua em relação ao mundo estudantil, veiculando representações dos estudantes que os vinculavam tanto à ideia de dinamismo quanto à de subversão. O jornal *Comércio da Franca* foi o veículo da imprensa escrita que mais *tutelou* as atividades estudantis, abrindo espaço, em suas colunas, a diferentes grupos de jovens mobilizados nas instituições escolares de ensinos médio e superior da cidade. Entre 1960 e 1971, este jornal dedicou ao universo estudantil, 135 artigos, enquanto que as questões voltadas ao professorado somaram 57 matérias.¹⁴

Nos três periódicos o estudante ideal aparecia como um indivíduo dinâmico, a quem pertenceria o futuro. No entanto, tal qualidade era ressaltada quando aplicada às atividades escolares, sendo um comportamento desejado dentro dos muros da instituição escolar: “Estudantes – O estreito dever do estudante é estudar. Horas preciosas de sua existência as dedica à sua formação na escola. Se as passa na ociosidade e na bagunça jamais será bom estudante. [sic] (*O Aviso de Franca*, vol. no.369, 08/fev/1969).

¹⁴ Tal relação pode ser percebida também nos outros dois jornais da cidade, mas em proporção menor do que no *Comércio da Franca*. No *O Aviso de Franca* foram 10 artigos reservados para os assuntos do professor e 18 para os estudantes, já *O Francano* dedicou 14 matérias ao professorado e 15 aos alunos. Fonte: Fundo Documental do Museu Histórico Municipal “José Chiachiri”. Coleção dos jornais *Comércio da Franca*, *O Aviso de Franca* e *O Francano*, 1960-1971.

Tal representação do estudante era reforçada, sobretudo, em momentos de crise quando se questionava a legitimidade das autoridades governamentais ou quando da intensificação da repressão militar, a partir de 1964:

Os Estudantes e a Revolução – No Brasil, como em outros países houve uma grande infiltração comunista, em todos os setores, principalmente no educacional. (...) No setor estudantil, viu-se, nos últimos anos, uma infiltração total de comunistas em uniões, grêmios, associações e outros órgãos de estudantes, tudo sob as vistas complacentes de certas autoridades federais. Provocavam greves, desordens, indisciplinas, tudo com o fito de criar um clima de hostilidade e de agitação, que dificultava o progresso do país e nos estava levando para a anarquia. (...) E da mesma forma que caiu o governo, caíram as hipóteses de que o estudante deve intrometer-se na vida política da nação. [sic] (*O Comércio da Franca*, vol. no.555, maio/1964).

Outro fator ressaltado no perfil do estudante idealizado pelos jornais locais ligava-se às tradições cristãs do povo brasileiro, uma maneira explícita de se combater a difusão das ideias comunistas entre os jovens:

Eleições Estudantis – (...) O mesmo ideal deve persistir hoje na mente dos jovens estudantes, elegendo para seus grêmios e associações, elementos capazes, empreendedores e, sobretudo, honestos e de consciência limpa e cristã, para que possam representá-los condignamente, elevando assim o nome da classe estudantil de Franca, fundindo-lhe prestígio, respeito e acatamento. [sic] (*O Aviso de Franca*, vol.193, 07/out/1961).

Contudo, os jornais se referiam aos assuntos estudantis de forma ambígua e, mesmo quando ganhavam grande destaque nos meios de comunicação, eram abordados sempre com certo receio. Os periódicos buscavam intervir em suas questões de maneira *equilibrada*, ou seja, afastando-se a *bagunça* que, em outras palavras, representava a ameaça ao ordenamento social, podendo servir de exemplo a outros setores sociais. A manifestação seria justa se acontecesse dentro da ordem e de forma *pacífica*: “Deflagrada greve geral e pacífica no Inst. Francano de Ensino – Cêrca de oitocentos estudantes (...) deflagraram ontem, às 18 horas, uma greve geral de protesto contra o aumento das anuidades daquele educandário... [sic] (*Comércio da Franca*, vol. 546, 17/mar/1960)”.

Porém, o principal alvo das críticas dos jornais eram as entidades de organização dos estudantes, seja em nível local ou de âmbito nacional: “UNE precisa dar provas de sua sinceridade (*O Aviso de Franca*, vol. no. 195, 25/mai/1963)”. E também:

Agitação Estudantil – Os jovens francanos nunca deixaram de frequentar as aulas para realizar movimentos de agitação pública. (...) Parece que agora essa tranquilidade vai ser afetada por emissários da antiga UEE, (...) Trata-se de ameaça que não pode ser menosprezada. Em sua maioria, os estudantes da Filosofia não desejam participar dos movimentos da UEE (*O Aviso de Franca*, vol. no.131, 09/nov/1968)”.

Vemos que a organização dos estudantes era bastante incômoda para a ditadura e para setores da elite, seus aliados, apesar de limitada a pequena parcela da sociedade. As entidades locais de representação dos estudantes da cidade foram *monitoradas* de perto, isto porque a mobilização dos estudantes preocupava, mesmo em rincões afastados dos centros de poder. Assim, ora adulavam tais organismos, ora os puniam:

Descontentes os estudantes de Franca com as taxas escolares – Aumento de cerca de 40% de 1960 para 61 – Pleitearão abatimento nas anuidades colegiais (...) As associações estudantis, ao que nos informaram, estão procurando somar esforços para se apresentarem, diante dos estabelecimentos locais, como verdadeira expressão do pensamento de toda a classe (*Comércio da Franca*, vol. no.551, 18/jan/1961). (...) “ ‘A UESF só terá razão de existir, se aplicar bem o dinheiro que recebe’ ” [sic] (*O Aviso de Franca*, vol. no.133, 24/out/1969).

O exposto mostra que a imprensa buscava introduzir elementos de dúvida sobre a representatividade das organizações de entidades estudantis locais. Também outros órgãos, como Grêmios, Centros e Diretórios Acadêmicos, tinham espaço relevante nos jornais. *A Gazeta Estudantil* era um caderno suplementar do jornal *Comércio da Franca* que circulou por algum tempo, mensalmente, sob responsabilidade do Grêmio “Castro Alves”, tratando de assuntos diversificados sobre as instituições de ensino médio e superior da cidade.

Também os Diretórios Acadêmicos tinham suas atividades fiscalizadas pela imprensa, que participava com proximidade nos seus assuntos, vejamos a matéria abaixo:

Condição Universitária não quer dizer ‘ato institucional’ – O ‘aviso’ do Presidente do D. A. não consegue esconder um cheirinho inquisitorial, tanto que prescreve: todos os aprovados nos vestibulares ‘estarão sujeitos ao trote’ e ‘deverão obedecer às seguintes prescrições’... E lá vem elas: participação direta no trote, corte obrigatório do cabelo ‘à moda indicada pelo Diretório’ (sic), uso de boinas fornecidas pelo D.A., participação do desfile público, além de multa de dez mil cruzeiros em caso de recusar o corte de cabelo... Esta fôlha tem dado toda a cooperação possível aos órgãos estudantis locais, qualquer que seja seu nível, sempre que eles necessitam de divulgação. (...) Pensem os acadêmicos mais em estudos, em ampliação das bibliotecas, em confecção de apostilas, em incentivar um verdadeiro ‘espírito universitário’, em exigir dos professores programas prévios e indicação de fontes bibliográficas e pensem menos em ‘trotes’, em bailes e em banalidades. [sic] (*Comércio da Franca*, vol. no.127, 03/fev/1966).

Vemos que o comportamento esperado dos estudantes deveria ser restrito aos estudos, enquanto que a participação estudantil fora da sala de aula não poderia ser tolerada a não ser que seguisse as regras do jogo político controlado pelas classes privilegiadas. Por isso, com o advento da ditadura civil-militar houve a intensificação da “caça às bruxas” no meio estudantil, a agitação desse grupo com intervenções do Estado revelava toda a disputa que tinha como centro principal a dominação cultural.

Considerações Finais

É possível concluir que a construção empreendida pelos jornais da cidade em torno da representação das categorias educação, analfabetismo, professor e estudante teve como objetivo contribuir para a efetivação da dominação cultural em âmbito local, mas que expressava a proposta hegemônica adotada pelo regime militar, apoiada por expressivos setores de grupos privilegiados que, antes de qualquer coisa, esperavam a manutenção do ordenamento social. Dessa forma, muitas das notícias veiculadas pela imprensa francana, reproduziam o discurso da grande imprensa nacional, conforme desvelou Capelato (1988) ao estudar o seu *modus operandi*.

Ressaltamos, porém que as ideias difundidas em torno desse universo educacional local adquiriam diferentes significados em meio à acelerada expansão e organização da rede de ensino em Franca, de maneira que as construções empreendidas pela imprensa francana, ganharam reelaborações diversas. Na simbologia veiculada pela imprensa escrita junto à sociedade francana, enumeramos as seguintes:

- 1.) a educação escolar apresentava-se como condição essencial para a modernização social, contudo, a educação ideal veiculada deveria ser aquela comprometida com a profissionalização, voltada para os imperativos da reprodução do capital e fiel às tradições democráticas e cristãs do povo brasileiro;
- 2.) o analfabetismo era galgado à posição de *doença* repugnante, reforçando-se a exclusão social dos não alfabetizados, sobretudo, dos migrantes rurais que se transformavam em mão de obra barata nas fábricas de calçados. Estes eram atraídos também pela expectativa de acesso à educação nos centros urbanos, o que dificilmente se concretizava de maneira plena;
- 3.) já o professor era visto como um *sacerdote* missionário a serviço da “salvação humana”; mas, ao fim da década de 1960, começava a ser apontado como culpado pelo fracasso da educação, enquanto os estudantes eram apresentados como dinâmicos, mas que deveriam se preocupar com a escola, com a sala de aula e não com assuntos que diziam respeito ao exterior da instituição.

Os jornais constituíram-se em importantes testemunhos para a compreensão do jogo de interesses dominantes do período analisado aqui, pois revelaram aspirações e tensões vindas das classes populares, presentes nas entrelinhas e nos silêncios destes mesmos jornais que, na maioria das vezes, portavam-se como representantes do discurso hegemônico alinhados ao cenário autoritário nacional.

Referências

- Capelato, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto-EDUSP, 1988.
- Chartier, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria M. de Galhardo, Lisboa: Difel (85), Rio: Bertrand Brasil, 1990.
- Coutinho, Carlos Nelson. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. *Revista de Política e Cultura*, nº 08, set/1986, pp.141-162.
- Cunha, Luiz Antonio; Góes, Moacyr de. *O Golpe na Educação*. 5a.ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

Diniz, Carlos Alberto; Souza, Rosa Fátima. A Expansão da Escola Secundária Pública na Região de Ribeirão Preto (1934-1963). In Souza, Sauloéber Tarsio de; Furtado, Alessandra Cristina. *História da Educação no Nordeste Paulista*. Campinas-SP: Editora Pontes, 2020.

Dreifuss, René Armand. *1964: A conquista do Estado - ação política, poder e golpe de classe*. 5a.ed., Petrópolis: Vozes, 1987.

Ferreira, Mauro. O Espaço Edificado e a Indústria de Calçados em Franca. *Dissertação de Mestrado* – EESC-USP, 1989.

Freitag, Bárbara. *Escola, Estado e sociedade*. 6ª ed., São Paulo: Moraes, 1986.

Garcia, Ronaldo Aurélio Gimenes. *Migrantes Mineiros em Franca*. Franca: UNESP, 1996.

Giroux, Henry. *Escola Crítica e Política Cultural*. São Paulo: Cortez, 1987.

Ianni, Otávio. *A Idéia de Brasil Moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

Paiva, Vanilda Pereira. *História da Educação Popular no Brasil: educação popular e educação de adultos*. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

Poerner, Arthur José. *O poder jovem*. História da participação política dos estudantes brasileiros. 24. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

Silva, Ezequiel Theodoro da. *O Professor e o combate à alienação imposta*. 3ª edição, São Paulo: Cortez, 1996.

Silva, Márcia Pereira. Movimento Estudantil Secundarista e Autoritarismo no Brasil (Franca: 1964-1970). In Souza, Sauloéber Tarsio de; Furtado, Alessandra Cristina. *História da Educação no Nordeste Paulista*. Campinas-SP: Editora Pontes, 2020.

Souza, Sauloéber Tarsio; Teixeira, Wagner da Silva. O Café, a Indústria e a Escola: Reflexões Acerca da Educação Pública no Interior Paulista (Franca, 1889-1970). *Revista Cadernos de História da Educação*. Uberlândia-MG, v. 14, n. 2 – mai./ago. 2015, pp. 505-532.

Fontes

Coleção do Jornal *Comércio da Franca*, vols. nos. 126, 127, 128, 130, 135, 546, 551, 555, 556, 1960-1971.

Coleção do Jornal *O Aviso da Franca*, vol. nos. 193, 195, 363, 1960-1971.

Coleção do Jornal *O Francano*, vols. nos. 34-38/181-182, 1960-1966.

Fundação IBGE, Departamento de Censos – SP, VIII – Recenseamento Geral 1970 – Série Regional Vol I – Tomo XVIII – 2ª parte, pgs. 196-197.

Fundo Documental da Câmara Municipal de Franca. Livros de Atas do Plenário nos.09,13.